



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

Sumário-Executivo da 127ª Reunião Ordinária do CONAMA

Data: 29 de novembro de 2017 - Horário: 09h às 18h

Local: Auditório nº 1, Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte

1. Abertura da reunião pelo Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente.

A reunião foi aberta às 10h pelo conselheiro titular do MMA, Sr. Raimundo Deusdará.

Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Senhor Marcelo Cruz

Em virtude de compromisso do Presidente do Conselho junto à Comissão de Agricultura no Congresso Nacional, o Secretário-Executivo do Ministério passou à leitura da nota do Ministro ao Plenário.

Reafirmou o protagonismo do Brasil no cenário mundial, especialmente diante do término da Conferência do Clima, a COP 23, na Alemanha. No evento foi realizada a declaração conjunta em defesa da implementação dos termos estabelecidos em Paris, apresentada pelo BASIC, grupo formado por Brasil, África do Sul, Índia e China. Acentuou também o fortalecimento da aliança com o Uruguai e a Argentina, com os quais o Brasil trabalhou como delegação estendida nas negociações da Conferência.

Frisou a redução em 16% do desmatamento da Amazônia no último ano e de 28% nas unidades de conservação federais. Queda que chegou a alcançar 65% na área mais crítica da Amazônia, a Floresta Nacional do Jamanxim. Destacou uma reversão na curva do desmatamento, que era ascendente nos dois anos anteriores. Esse foi o resultado dos esforços envidados para alocar recursos necessários no custeio de equipamentos e de ações de fiscalização, o que também teve reflexos no combate aos incêndios florestais.

Comentou sobre o orçamento do MMA, na Lei Orçamentária Anual para 2018, que teve aumento de 11% com relação a 2017. Tal fato representa R\$ 82 milhões para a pasta ambiental em 2018. Disse que o aumento contou com o peso político do Ministro Sarney junto à área econômica, já que em um primeiro momento havia perspectiva de corte em torno de 30%. Ainda em relação ao assunto, relatou que, na última reunião do Comitê Gestor do Fundo Amazônia (COFA), foi aprovada a transferência do Bolsa Verde para o Fundo Amazônia, o que significa possibilidade de ampliação de 30% do programa em 2018, ação que contorna o problema do contingenciamento. Destacou o Bolsa Verde, que se mostrou instrumento eficiente no combate e no controle do desmatamento nas localidades onde é alocado. A junção permitirá ampliar em 30% o número de famílias beneficiadas e realocar recursos para serem usados nas autarquias, como o Serviço Florestal Brasileiro, IBAMA, ICMBio e Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Mencionou o telefonema do Presidente da República, Michel Temer, para o Ministro Sarney Filho sobre a Medida Provisória que destrava a compensação

ambiental, suspensa há dois anos por Acórdão do Tribunal de Contas da União, o que equivale a cerca de R\$ 1,5 bilhão.

Falou sobre o avanço na agenda de resíduos sólidos com a assinatura de Decreto que garante a isonomia entre fabricantes, importadores e comerciantes de produtos que são objeto de sistemas de logística reversa obrigatória. A medida traz responsabilidade para os atores da cadeia e não apenas para os que assinam os acordos setoriais, os quais assumiam, até então, ônus desigual.

Ainda enumerando os avanços na área do meio ambiente, ressaltou a assinatura do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, o PLANAVEG, e a apresentação ao Congresso Nacional do Projeto de Lei, elaborado em parceria com os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, estabelecendo nova política nacional de biocombustíveis, o RenovaBio.

Em relação ao 8º Fórum Mundial da Água, que ocorrerá de 18 a 23 de março de 2018, em Brasília, falou que o MMA está trabalhando com afinco na agenda do encontro, que pela primeira vez será realizado no Hemisfério Sul. O evento reunirá centenas de lideranças do Governo, do empresariado e da sociedade.

Disse que o MMA ofereceu o Brasil para receber a COP 25, em 2019, a qual deverá ser sediada em país da América Latina ou do Caribe.

Fez, por fim, menção à pauta da reunião, dizendo que os criatórios são de suma importância para a proteção das espécies ameaçadas, citando o exemplo das ararinhas azuis criadas em cativeiro, trabalho colaborativo entre o ICMBio e instituições do Brasil, Alemanha, Estados Unidos e Catar, por meio do qual aves em extinção estão sendo recuperadas. Fez referência também às concessões florestais para o manejo sustentável, como fundamentais para a preservação das florestas e para o combate à extração criminosa de madeira. Frisou que é preciso desenvolver instrumentos que, ao mesmo tempo combatam ilegalidades e estimulem os criadores.

2. Apresentação dos novos Conselheiros.

Leitura da lista de novos conselheiros pela Diretora do DConama, Adriana Mandarino.

3. Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da 126ª Reunião Ordinária, de 23 de agosto de 2017.

Aprovada por unanimidade.

4. Tribuna Livre.

Francisco Soares (FURPA): apresentou à Mesa dois ofícios destinados ao Ministro relacionados à instalação do Comitê da Bacia do Rio Parnaíba. Falou da “Capadócia” do Piauí, mostrada na TV, indicando a necessidade de transformar a região em Unidade de Conservação. Solicitou novamente a criação do Parque Nacional da Serra Vermelha.

Rogério Menezes (Presidente da ANAMMA): mencionou a viagem dos secretários municipais de meio ambiente à COP 23, uma iniciativa muito positiva, a fim de participar da Mesa destinada aos governos municipais. Falou que na segunda-feira seguinte ocorreria a reunião entre a FNP, ANAMMA e IBAMA para tratar da destinação dos recursos da TCFA e dar suporte à estrutura do SISNAMA nos municípios.

Carlos Bocuhy (PROAM): falou do descontentamento sobre o voto do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, referente ao Código Florestal, que desconsiderou o aporte científico no processo, relevando o poder decisório do Congresso Nacional e comparando ao julgamento de Galileu, quando fora obrigado a dizer que o sol girava em torno da terra.

Fábio Camargo (FNP): solicitou reflexão sobre os resultados das discussões no CONAMA. Tomou como exemplo o licenciamento de uma oficina mecânica, no qual deu a impressão de estar licenciando uma oficina da Fórmula 1, onde no papel é tudo perfeito, mas na hora da fiscalização não era do mesmo jeito. Falou da dificuldade de recursos para financiamento dos órgãos ambientais dos municípios, principalmente relativo à fiscalização e monitoramento das atividades licenciadas. Sugere a criação de um fundo de financiamento das políticas públicas de meio ambiente, a espelho do que acontece nas áreas da educação e saúde.

Maurício Brusadin (Governo de São Paulo): destacou a minuta de resolução do PROCONVE feita pelo IBAMA, onde a SEMA e a CETESB fizeram adendos, dizendo que não se pode mais tolerar a qualidade do ar existente nos dias de hoje. Disse que o PROCONVE talvez seja o programa melhor sucedido no país para a proteção da saúde pública. Solicita ampliação da comissão do CONAMA, incluindo mais entes para o acompanhamento das metas do programa. Elogiou a nota do ministro no que se refere à COP 23 e afirmou que é contra os subsídios à indústria do petróleo, ao invés de incentivar as energias renováveis.

Luiz Paulo (RENCTAS): falou que a proposta em pauta auxilia o manejo da fauna no país. Embora critique a questão formal, quanto à competência, informou que participou ativamente na construção da proposta, que traz inovações à legislação e garantias aos empreendedores de fauna. Questiona a supressão, na CTAJ, de dois artigos fundamentais que devem retornar ao texto antes da aprovação. Falou também dos problemas advindos da adulteração da marcação em alguns estados brasileiros, dentre eles São Paulo, cujo responsável era a própria empresa produtora das marcas. Frisou, por fim, a redução dos empreendedores de fauna, que em 2012 eram mais de 400 criadores conservacionistas e de pesquisa com a fauna silvestre nacional, para menos de 100 nos dias de hoje, em todo Brasil. Concluiu que estão sendo jogados fora o domínio e conhecimento da fauna silvestre, além da possibilidade de ter uma reserva genética para futuros programas de reintrodução e manutenção de espécies ameaçadas.

Raulff Lima (RENCTAS): falou das propostas de moção da RENCTAS, acentuando a importância da Carta Caiman, e pediu aos conselheiros apoio à aprovação da moção. Quanto à moção de primatas, falou da importância da matéria e que ela poderá servir para motivar iniciativas semelhantes, focadas em grupos extremamente vulneráveis. Também pediu apoio à sua aprovação.

Lisiane Becker (Mira-Serra): Solicitou a implementação da Lei da Mata Atlântica, no que tange ao plano de conservação e ao Fundo Mata Atlântica. Elogiou a fala do Secretário Estadual de São Paulo dizendo que não eram só os pulmões dos seres humanos, mas também os da fauna, que as pessoas não enxergam. Pediu a ampliação dos CETAS e Criadouros Conservacionistas, bem como estratégias que facilitem a manutenção desses ambientes. Alertou para o fato de que, com o crescimento das cidades, mais animais precisarão desse tipo de ajuda.

Felipe Felisbino (Ministério da Educação): Registrou a realização da 5ª Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente cujo tema é “vamos cuidar do Brasil cuidando das águas”. A organização do evento será de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação e alcançará 73 mil unidades escolares no Brasil, na idade escolar do 5º ao 9º ano, na faixa etária de 11 a 14 anos. O evento tem o objetivo de promover o processo permanente de discussão da educação ambiental no território escolar, com pesquisas e projetos escolares relacionados às questões ambientais do seu território onde a escola está inserida, valorizando a temática “água”. Quanto ao cronograma, até 31 de março de 2018, as conferências devem ser realizadas nas escolas, ficando as conferências municipais e regionais a critério de cada Estado e de cada Região, durante o mês de abril; a Conferência Estadual deverá ser realizada até 9 de maio de 2018 e a Conferência Nacional, a ser realizada em Brasília, está prevista para o período de 15 e 19 de junho de 2018.

Domingos Carvalho (GERC): Informou que no início de novembro houve a realização da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável - CTEADS, instância importante na política ambiental e de educação. Informou que a câmara apresentará propostas de resolução ligadas ao licenciamento ambiental e à logística reversa. Disse que a população precisa ser mobilizada e que a educação ambiental é chave para tal. Parabenizou, por fim, o MMA em relação ao programa de restauração florestal na Amazônia e solicitou a ampliação dessa iniciativa para outros biomas

Jaqueline Silva (Governo de Goiás): registrou ações do Governo de Goiás, representando a Comissão Nacional dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODSs contra mudança global do clima. Citou a carta planetária, assinada por 200 países, e pediu que os conselheiros se apropriassem de seu conteúdo. Falou da revitalização da Reserva da Biosfera do Cerrado, iniciativa que une o DF e outros estados do bioma. Afirmou que o desenvolvimento socioeconômico dos municípios é a chave para o desenvolvimento ambiental.

5. Encaminhamentos da Secretaria Executiva do CONAMA.

5.1. Representante do CONAMA no Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental - art. 4º do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental

Dr. Deusdará informou à Plenária os nomes indicados pela 2ª Câmara Técnica de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

5.2. Apresentação dos resultados parciais do Grupo Assessor ao Plenário

Dr. Rafael Santana, CONJUR/MMA, fez **apresentação** resumindo a estrutura e a dinâmica do Grupo Assessor (GA). Renovou, primeiramente, a transparência com a qual o G.A vem agindo e a importância dos seus trabalhos para a garantia da segurança jurídica. Discriminou as resoluções analisadas pelo G.A que não foram impactadas pela legislação superveniente, destacando, em seguida, aquelas que estavam sendo trazidas e que não obtiveram unanimidade nas discussões; citou as quatro resoluções que fariam parte da próxima resolução a ser apreciada pelo Plenário. Frisou a mudança de procedimento no quesito “urgência”, informando que ao invés do §3º do art. 18 do Regimento Interno, seria utilizado o §2º do mesmo artigo, no intuito de que as minutas fossem avaliadas na reunião subsequente e não na reunião em que fossem apresentadas.

Foi passada a palavra ao Conselheiro Bruno Manzolillo (FBCN) que fez um aparte falando da “não necessidade dos processos correrem em urgência”, ponderando que esse questionamento havia sido levantado na reunião preparatória do dia anterior e que “a urgência” era relativa, no sentido de que o CONAMA não estaria revogando suas normas impactas, mas sim apenas reconhecendo sua revogação.

O conselheiro Carlos Bocuhy (PROAM) destacou a importância de se manter a vigência das Resoluções nº 302 e 303/2002. Citou a recomendação da 4ª Câmara da Procuradoria-Geral da República, que solicitava ao CONAMA e ao Ministro que não conduzissem a revogação dessas Resoluções. Além disso, mencionou que a Advocacia-Geral da União recomendou, a pedido do Ministério Público do Estado de São Paulo, a aplicação da Resolução nº 303/02 em um processo judicial, por meio de parecer, o qual dizia respeito à ampliação da Riviera de São Lourenço, reforçando a necessidade da aplicação da Resolução nº 303/02.

Em outra intervenção, o Sr. João Gabriel Pimenta, procurador jurídico da FATMA/Governo de SC, ressaltou a sensibilidade do tema que envolve as Resoluções nº 302 e 303/2002, informando que havia posição do Estado pela revogação, não da totalidade, mas daqueles dispositivos que estão em desconformidade com a Legislação Federal. Em contraste, falou da recente decisão judicial do Colegiado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, entendendo pela legalidade e, posteriormente, pela ilegalidade da Resolução, devido às mudanças na composição do Tribunal. Houve suspensão de licenças e empreendimentos já construídos. Por fim, pleiteou a necessidade do CONAMA agir com celeridade, independente da questão de urgência ou não, visando garantir a segurança jurídica.

Dr. Rafael Santana retomou a palavra, reforçando a necessidade do CONAMA em tomar decisões em prol da segurança jurídica; citou que por diversas vezes a Consultoria Jurídica tem se manifestado quanto ao projeto de decreto legislativo que pretende sustar Resoluções do CONAMA, o que se reflete como um desgaste muito grande para o Conselho.

Ao fim das manifestações, a Mesa consultou o plenário sobre a necessidade de se manter urgência nas Resoluções provenientes do G.A e a maioria entendeu que não era necessário. Dessa forma, minuta que reconhece a revogação das Resoluções CONAMA n.º 248/1999, n.º 04/1995, n.º 341/2003 e n.º 09/1996 estará na pauta da próxima reunião plenária do CONAMA, não sendo adotado o regime de urgência.

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta e, por escrito, de requerimentos de urgência, proposta de moção e de recomendação.

7. Ordem do Dia

7.1. Processo nº 02000.000979/2015-36 - Proposta de Resolução CONAMA que define os padrões de marcação de animais da fauna silvestre nativa em razão de uso e manejo em cativeiro - *ex situ*

Proponente: IBAMA

Pedido de vista realizado pela RENTAS, APROMAC, MIRA-SERRA, Ponto Terra, Fund. Zoobotânica, GEBIO, Gov. MG, PR, SP, IBAMA e MMA.

- 7.2. Processo nº 02000.207823/2017-46 - Proposta de Resolução que institui o calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA para o ano de 2018

Proponente: DCONAMA

A resolução foi aprovada, sendo que a data da 1ª reunião do ano (128ª RO), foi alterada para os dias 28/02 e 1º/03 de 2018.

- 7.3. Processo nº 02000.202725/2017-12 – Proposta de Moção de apoio à implementação dos compromissos estabelecidos na Carta Caiman, assinada pelos governos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Proponente: RENCTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.

A matéria foi aprovada, por maioria.

- 7.4. Processo nº 02000.207288/2017-23 - Proposta de Moção de apoio à implementação dos compromissos estabelecidos no Plano de Ação para Conservação dos Primatas Paulistas, proposto pela Comissão Permanente de Proteção dos Primatas Nativos do Estado de São Paulo.

Proponente: RENCTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.

A matéria foi aprovada, por maioria.

8. Informe

8.1. VIII Fórum Mundial da Água.

O Senhor Glauco Kimura de Freitas, consultor da Agência Nacional de Águas – ANA, iniciou sua apresentação informando sobre o 8º Fórum Internacional da Água, que ocorrerá em Brasília de 18 a 23 de março de 2018. Disse que o Fórum, o primeiro realizado no hemisfério sul, tem como objetivo a troca de experiências, o estabelecimento de compromissos e o aumento da conscientização do público em geral. O lema escolhido pelo Brasil foi “Compartilhando Água” e o tema selecionado foi “Sustentabilidade”. O fórum engloba as esferas de participação acadêmica, política e social, envolvendo discussões de temas e tópicos centrais e transversais. Dentre os diversos aspectos e espaços do evento, destacou a Vila Cidadã que disporá de espaço chamado “mercado de soluções”, no qual serão selecionados 60 estudos mundiais de boas práticas e tecnologias sociais para lidar com a água e o saneamento. Por fim, apresentou os contatos disponíveis nas redes sociais, *e-mail* e *site* para os que precisarem de informações adicionais.

9. Encerramento